

A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RESUMO

Este artigo tem como cerne a abordagem da contribuição do programa bolsa família no processo de desenvolvimento da educação do Brasil. O atual governo Lula vem fazendo uma reformulação na gestão pública e de fato vem dando a atenção devida para a classe mais vulnerável a pobreza. O bolsa família vem se destacando entre os programas governamentais, pois através do cumprimento de suas condicionalidades, que exige a frequência escolar das crianças e jovens beneficiárias pelo programa, contribui diretamente para a ascensão da educação do país. O PBF garante que a renda distribuída no programa chegue às famílias que realmente precisam, através de um processo rigoroso de fiscalização. A educação trata-se de um setor que influencia diretamente no desenvolvimento econômico e social de todo e qualquer país, e como o Brasil vem investindo maciçamente neste setor isto vem refletindo na melhora dos seus indicadores econômicos e no desenvolvimento econômico do país.

Palavras chaves: Bolsa Família, desenvolvimento da educação, gestão pública, fiscalização do PBF, política pública.

1- O BOLSA FAMÍLIA NO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Na Carta conjunta do ministério do planejamento, orçamento e gestão e do conselho nacional de secretários estaduais de administração (CONSAD,2008,p.1) aborda-se que o estado brasileiro tem obrigações e precisa cumprir sua função precípua de desenvolver políticas públicas que estejam direcionadas para a garantia da igualdade de oportunidades, dos direitos básicos de cidadania e do desenvolvimento sustentado, produzindo resultados eficientes e efetivos para a sociedade. Através de medidas diversas e de políticas sociais sustentáveis.

Que diante das restrições de recursos públicos, que são diversos, de um lado, e do aumento das demandas sociais, de outro, pois a população aumenta progressivamente, fica clara a necessidade de se trabalhar de forma coordenada no âmbito dos governos, em bases integradas e cooperativas, para obter maior sinergia entre as ações, com maior eficiência e efetividade das políticas públicas.

No governo atual vem ocorrendo um aperfeiçoamento da gestão da administração das políticas e do orçamento público. Aperfeiçoamento este, que vem sendo moldado a partir do levantamento dos principais problemas sociais e econômicos do país e vem se reformulando as medidas e ações governamentais utilizadas para alcançar e amenizar os problemas diversos que cercam o país.

O governo Lula vem trabalhando em cima do desenvolvimento de políticas públicas que alcancem as classes mais vulneráveis a pobreza. Através da assistência social prestada pelos programas almeja-se causar resultados positivos como a diminuição do nível de pobres no país, a melhora na condição da qualidade da saúde, permitindo o acesso à educação por parte da parcela mais carente, dentre outros problemas.

Devido à nova roupagem da administração atual dos recursos públicos do Brasil, nos últimos anos o país vem melhorando muitos pontos de sua economia. Contudo, este ainda enfrenta uma triste realidade, realidade esta que se trata de um dos seus principais problemas, pois acarreta na geração de outros entraves econômicos e sociais, o Brasil sempre apresentou um elevado índice de concentração de renda, só sendo superado por

poucos países. A renda das famílias mais ricas chega a totalizar 1,162 milhão, o que corresponde a 75% do total da renda nacional.

Assim, sabe-se que a implantação de programas sociais isolados não resolve o problema de má distribuição de renda no Brasil, contudo quando tais medidas governamentais somam-se a outros fatores estes refletem na melhora da economia como um todo. Ciente disso o governo vem investindo em programas sociais e econômicos diversos. A meta almejada é a ampliação do índice de cobertura previdenciária simultaneamente de programas e medidas que atendam aqueles que vivem a baixo do nível de vida aceitável. Para isso, optou-se pela unificação das políticas sociais; de transferência de renda; de assistência social; e das políticas e programas de segurança alimentar e nutricional, de combate direto à fome e à desnutrição.

Percebe-se que cada vez mais o governo necessita dar uma maior atenção para os diversos problemas sociais do país, pois estes colaboram intrinsecamente para o seu não desenvolvimento sócio-econômico. Como um dos principais problemas do país consiste em sua má distribuição de renda, que gera e intensificam outros problemas em setores sociais diversos, como saúde, habitação e educação. O governo vem criando diversas políticas de assistência social, para diminuir o problema da má distribuição de renda, da má qualidade da saúde, da qualidade da educação e nos últimos anos os indicadores vem apontando que os problemas estão melhorando, e os resultados vem sendo excelentes e promovem o desenvolvimento sócio-econômico do país.

Entre essas prioridades estratégicas do governo estão os programas de transferência de renda, que vem gerando impactos muito positivos para a economia como um todo, mais precisamente na educação. Cabe ao estado a administração e a realização da redistribuição de renda na sociedade. Para a execução de tal função este vem fazendo uso de diversas políticas públicas que venham desenvolver e implementar mecanismos que permitam a coordenação das ações governamentais de forma a diminuir as duplicidades e possibilidades a canalização de esforços e de recursos para o alcance dos objetivos almejados.

Segundo o ministério do desenvolvimento social e combate a fome (MDS, 2008), o governo vem fazendo uso da unificação das políticas sociais, de transferência de renda, de assistência social, das políticas e programas de segurança alimentar e nutricional de combate direto a fome e a desnutrição. Dentre os programas governamentais o programa bolsa família (PBF) vem ganhando destaque nos últimos anos.

O PBF integra o programa fome zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Consiste num programa de transferência direta de renda com condicionalidades, de acordo com a lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº. 5.

O programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda à família, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações e coordenação de programas complementares, que tem por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do bolsa família possam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

O governo ciente de suas funções e das complexidades dos problemas sociais do país, vem através do bolsa família auxiliando famílias pobres ou extremamente pobres com uma bolsa auxílio. A renda investida permite que estas famílias possam sair da linha da pobreza e ter uma vida digna, uma alimentação mais saudável e proporcionar o direito a educação para seus filhos.

2- O PBF E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

A educação no Brasil sempre caminhou por caminhos cheios de obstáculos e com veredas tortuosas desde o início de sua história. O processo cultural de antigamente contribuiu muito para o atraso e aumento do problema educacional do país, antes o direito a educação era reservado apenas para as pessoas que pertenciam à elite da sociedade, as pessoas que não se enquadravam neste pré-requisito social eram impedidas de terem acesso à educação. Este fator se prolongou por um bom tempo na história e esteve arraigada por diversos séculos, configurando-se no processo de exclusão e dominação, onde o ensino era apenas para alguns e os demais não tinham o direito de aprender.

Com o passar dos anos devido à situação supra-escrita o problema educacional do país foi se agravando e tomando uma grande dimensão e comprometendo o país como um

todo, principalmente a parcela mais pobre da sociedade, pois grande parte da sua população não era alfabetizada e nunca tinham freqüentado uma escola. Por diversos governos o problema da educação foi ignorado e não ganhou a atenção devida o que acarretou no entrave econômico do país. Devido o agravamento da diferença social, as pessoas mais carentes ficavam cada vez mais vulneráveis a pobreza, a marginalidade, a falta de alimentação digna dentre outros problemas acarretados devido o fato de não terem acesso à educação e a parcela mais rica cada vez mais foi concentrando renda e contribuindo para o aumento das desigualdades sociais do país.

Somente no governo Lula que o setor da educação foi ganhando a atenção merecida, com a implantação de programas sociais diversos. Contudo, o bolsa família vem se destacando por fornecer uma grande contribuição para a melhora da educação do país. Pois, fornece uma atenção especial ao ensino fundamental e promove uma estruturação do modelo de ensino, através do cumprimento de suas condicionalidades que exige a freqüência escolar das crianças e jovens beneficiados pelo programa.

O ministro do desenvolvimento social e combate a fome, Patrus Ananias afirma que ninguém questiona que a educação é um direito fundamental da pessoa e esta desempenha um papel estratégico em qualquer política de desenvolvimento social. A educação é um importante espaço de convívio, o ambiente escolar pode ser um fator fundamental de combate às desigualdades regionais e as desigualdades sociais do país, como apontam estudos realizados pelo instituto brasileiro de geografia e estatística, de promoção a construção e desenvolvimento de talentos da sociedade.

Através da educação, é possível traçar uma linha de inserção social, diminuindo as desigualdades, ampliando a formação profissional e oferecendo melhores condições para que a pessoa possa manter-se com dignidade. O bolsa família fornece o direito a educação e da todo um suporte para que o estudante carente possa freqüentar a escola bem alimentado, bem estimulado, ou seja, com dignidade. Deste modo, as políticas de transferência de renda têm a função estratégica de reduzir a desigualdade social e agir como política complementar a política educacional. As condições para que uma criança tenha boa educação começam na família, que antecede e complementa a escola em todos os sentidos.

Ao melhorar as condições de vida da família, potencializamos seu papel pedagógico. A família é o primeiro ambiente em que se forma a personalidade e se criam princípios da responsabilidade, da disciplina e da ética. O bolsa família, assim como os demais

programas do fome zero estrutura-se a partir do compromisso do governo Lula de conter o processo dramático de desintegração da família. Numa família desintegrada, a criança não vai à escola e torna-se vulnerável a prática da violência, do tráfico, da prostituição, da indigência.

O bolsa família beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios. Mais de 13 milhões de alunos beneficiários (6 a 17 anos) com frequência escolar informada (85% do total) e mais de 6 milhões de famílias acompanhadas pela saúde. O PBF contribui com 21% da queda da desigualdade entre 2003/05. Contribuiu para reduzir desnutrição e mortalidade infantis e promove segurança alimentar nutricional. Ocorreu a recomposição do valor do benefício 18,25% em ago./07 e mais 8% em jul./08. Benefício médio passou de R\$62 para R\$ 85, o máximo, de R\$ 95 para R\$ 182. A partir de mar/08, desde que freqüentem escola (1,7 milhões já atendidos).

Através do PBF o governo vem causando um impacto muito positivo na educação do país. Impacto este que vem melhorando os indicadores econômicos e permitindo que a população perceba o desenvolvimento sócio-econômico do país. Com o bolsa família as crianças e jovens carentes do país estão ganhando a oportunidade de terem acesso a uma educação digna, saindo do mundo da violência das drogas, tendo a oportunidade de se qualificarem para o mercado de trabalho.

O PBF é um programa do governo Lula que merece ter reconhecimento pela a excelência do projeto, devido à qualidade no controle do programa, onde a verba é liberada e realmente chega às famílias que necessitam. São com políticas como essas que o Brasil poderá continuar crescendo socialmente e economicamente e poderá se desenvolver através do investimento que o governo vem fazendo em políticas públicas. Finalmente na história da economia brasileira um governo vem cuidando da sua população mais carente e vem investindo na educação e como este é o segredo para o sucesso econômico de todo e qualquer país, a tendência é que o Brasil desenvolva sua economia cada vez mais.

3- A ASCEDÊNCIA DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Para todo e qualquer país que deseja crescer economicamente e proporcionar a sua sociedade a percepção de um desenvolvimento econômico-social, o caminho é o investimento na educação. Pois, é através desta que a criança e o adolescente formam seu caráter, sua personalidade, transformando-se em cidadãos, logo é de suma importância que este tenha uma boa base familiar e oportunidades. Assim, o programa bolsa família investe diretamente na melhora da situação social das famílias beneficiárias, fornecendo melhores condições de vida, retirando muitas destas famílias da situação de pobreza e de extrema pobreza e lhes proporcionando mais dignidade perante a sociedade.

Contudo, as famílias só poderão ser beneficiadas pelo programa se cumprirem à exigência de manterem seus filhos na escola. Tal exigência faz parte das condicionalidades impostas pelo PBF. As condicionalidades não monitoradas pelo ministério do desenvolvimento social e combate à fome (MDS), que controlam e fiscalizam os casos de não-cumprimento.

As famílias integrantes do PBF devem matricular as crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos na escola e garantir a frequência escolar dos mesmos. Através destas medidas verificamos que o bolsa família permite que as crianças e os adolescentes beneficiários tenham acesso a escola, tenham a oportunidade de estudarem, para garantirem e construïrem um futuro melhor para eles e para suas famílias. Além, do que através da fiscalização da frequência escolar realizada pelo programa evita-se que os pais desviem a verba disponibilizada pelo governo para setores que não estejam relacionados à educação, saúde, alimentação e moradia. Garantindo a presença das crianças e adolescentes do PBF na escola, ou seja, diminuindo a probabilidade e as chances destes se envolverem com violência, marginalidade, drogas, dentre outros perigos que o tempo ocioso e a rua oferecem para nossos jovens e nossas crianças.

Esta nova roupagem da gestão pública é bastante interessante para o país como um todo. Pois, o governo cada vez mais se preocupa com a camada pobre da população e vem proporcionando investimentos em áreas que gerem educação, emprego e renda. Esta política é bastante interessante, pois diminuindo o número de pobres e de indigentes no país este estará realizando um investimento a longo prazo, onde a importância da educação para desenvolvimento sócio econômico do país é inquestionável. Pode-se partir da análise de que quanto maior o volume de recursos investindo, maiores serão as chances de se garantir a qualidade de ensino e um futuro melhor para o país.

No atual governo Lula percebeu-se a melhora dos indicadores do país, diminuição da desigualdade de renda, queda do analfabetismo, aumento da esperança de vida, aumento de 6,1% no PIB (2º Tri/07-2º Tri/08), dentre outros. Este crescimento econômico só tornou-se possível, pois o governo Lula investe maciçamente em educação e este é o segredo para a construção de um país melhor. Investindo em educação ocorre geração de oportunidades, geração, inclusão de jovens carentes em escolas, universidades e no mercado de trabalho. Assim, o país diminui a violência, diminui o índice de desemprego e aumenta o consumo do país, atraindo empresas, gerando mais empregos, melhorando o setor social e gerando mais recursos para o governo continuar investindo em setores promissores da economia, como o setor da educação.

O PBF é o reflexo da preocupação do governo com as famílias carentes do país e com a educação das crianças e dos jovens destas famílias. Através deste programa o governo auxilia os beneficiários e através da fiscalização no cumprimento das condicionalidades garante-se que as crianças e os jovens beneficiários freqüentem a escola e se qualifiquem para adentrarem no competitivo mercado de trabalho.

Em súmula partindo da análise de que a educação se destina à promoção do homem, verificamos que o PBF é um programa que efetivamente considera o homem como preocupação central, logo tem a educação como setor fundamental.

4- A CONTRIBUIÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA A EXCELÊNCIA DE RESULTADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O governo disponibiliza uma parte do orçamento público para o bolsa família, e para garantir que a renda direcionada chegue apenas nas mãos das famílias que realmente necessitam da bolsa auxílio e que atendam aos critérios de elegibilidade do programa, se torna necessária a realização da fiscalização das atividades exercidas no PBF, visando a efetividade e a transparência na implementação do programa bolsa família e a geração de impactos e resultados positivos do programa perante a sociedade.

Foi criado em janeiro de 2005 a Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família, que consiste na consolidação de parcerias com os ministérios Público Federal e Estadual, Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). O

trabalho conjunto destas instituições, integrado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), tem o objetivo fortalecer o monitoramento e o controle das ações voltadas à execução do programa bolsa família sem que isso represente qualquer interferência na autonomia e competência de cada uma das instituições.

Para que a fiscalização do PBF poder atuar, foram assinados convênios específicos do MDS com o ministério público Federal, com os 27 ministérios Públicos estaduais, com a controladoria Geral da União – CGU e com o Tribunal de Contas da União.

Através da fiscalização investigam-se possíveis irregularidades no cadastro de famílias beneficiadas e no cumprimento das condicionalidades do programa. A partir desta controladoria o programa do bolsa família garante que as famílias recebam a renda que é direcionada estritamente para elas, e que tal renda seja utilizada apenas para as áreas relacionadas a alimentação, saúde, educação, dentre outros. Contudo é na área da educação que a fiscalização reflete mais diretamente os resultados positivos do programa. Pois as famílias devem manter suas crianças e jovens beneficiários na escola, garantindo 85 % da frequência escolar dos mesmos.

O governo vem exercendo um excelente controle das condicionalidades supra-escrita, o que permite à garantia do acesso a educação por parte das crianças e jovens carentes do país. Assim, o resultado reflete nos indicadores do país, onde em 2008 houve uma queda do analfabetismo, um aumento no número de crianças matriculadas nas escolas e uma melhora na qualidade de aprendizagem, pois antes as crianças apresentavam dificuldade no processo de aprendizagem devido a vários fatores, contudo a falta de uma alimentação adequada era um dos principais motivos. Contudo, graças as medidas do governo atual, através do bolsa família, hoje as crianças e os jovens vão bem alimentadas para a escola, tem o direito de terem acesso a educação, para a construção de um futuro melhor.

Assim, a fiscalização é a garantia que o programa bolsa família atinja com sucesso seus objetivos evitando a perda de foco do mesmo. E a tendência é que cada vez mais o programa tome o rumo da excelência, pois os impactos são diretos na melhoria de diversos setores da economia e a fiscalização é compromissada e bem definida. Assim entende-se que a tendência é que o programa tome o rumo da ascensão e junto a outros programas possa continuar promovendo o crescimento do país e o seu desenvolvimento.

Os próprios cidadãos do país podem contribuir para a excelência da realização do programa, pois a Coordenação-Geral de Fiscalização do Departamento de Operação e Secretaria Nacional da Renda de Cidadania recebe denúncias, de acordo com a gravidade e a veracidade das mesmas, adota as medidas de fiscalização cabíveis, por meio de visitas aos municípios ou através do controle a distância. Na maioria dos casos o MDS encaminha as denúncias para os gestores municipais responsáveis pelo PBF, solicitando que sejam analisadas, averiguadas e em caso de veracidade da denúncia deverão ser tomadas às medidas necessárias para a resolução do programa, podendo chegar ao extremo da perda do benefício do programa por parte da família que foi denunciada.

O Ministério do Desenvolvimento Social recebe as denúncias referentes ao bolsa família através dos canais de atendimento pessoal; e-mails para a área de atendimento ao bolsa família ; central de atendimento do Fome Zero; Instância do controle social e denúncias encaminhadas pelos órgãos de controle. A facilidade para o processo de denúncia é bastante notável, o que contribui ainda mais para eficiência do processo de fiscalização, que além de seus órgãos responsáveis, também recebe a contribuição da própria população para o bom andamento do programa, pois tanto os órgãos governamentais, quanto a população brasileira estão unidos no processo de melhoria, crescimento e desenvolvimento do país. E o Ministério de Desenvolvimento Social também encaminha aos municípios os resultados de auditorias realizadas nas bases de dados do Cadastro único, com orientações para tratar os problemas encontrados.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um dos caminhos para a garantia de um futuro rentável para todo e qualquer país, logo um dos segredos de vencer os problemas econômicos é o investimento neste setor. O atual governo Lula felizmente vem trabalhando com políticas de desenvolvimento sustentáveis e de investimentos maciços na educação que vem refletindo na melhoria dos indicadores econômicos do país e num crescimento equilibrado da economia.

O programa bolsa família contribui diretamente para tal melhoria, pois vem apresentando resultados positivos que diminuem os entraves que impedem o crescimento e o desenvolvimento econômico. O PBF reflete nas famílias mais carentes do país, pois

através da distribuição de renda permite que estas tenham uma vida mais digna e o programa cria meios mais justos para garantir que as famílias mantenham seus filhos na escola, permitindo que estes tenham acesso ao estímulo educacional, intelectual e profissional.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTA DE BRASÍLIA. Congresso consad de gestão pública. Disponível em:
http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cartas/carta_de_brasilia_mpog.pdf.
Acessado em outubro, 2008.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em:
< http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia>. Acessado em
outubro, 2008.

SAVIANE, Dermeval. Educação Brasileira Estrutura e Sistema. Oitava Edição.
Campinas, 1944, Inc. 33p.

ANANIAS, Patrus. Bolsa família na educação. 11/2004. Disponível em :
< http://www.mds.gov.br/noticias_antigas/noticia481.htm>. Acessado em outubro,
2008.

DESTAQUES AÇÕES E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL. Bolsa família,
21p. Disponível em:
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/.arquivos/caddest_aques_out08.pdf. Acessado em outubro, 2008.